

COLECIONA

vol. 5/Ano 2
março/abril

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

AValiação

- Resultado da avaliação do Coleciona: fichário do educador ambiental

PÁG. 3

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- Educação Ambiental Escolar
- Educação Ambiental Instrumento de Transformação

PÁG. 9

Ações e Projetos

- Projeto Movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão
- A Experiência da Sala Verde na UFS

PÁG. 17

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Mudanças socioambientais realmente globais

PÁG. 23

10 ANOS DA PNEA

- Entrevista Fabio Feldman
- Entrevista Naná Mininni Medina

PÁG. 27

AGENDA DA EA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 35

INDICA-SE

- Livros e publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 39

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou através do Blog Coleciona-ea (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas, fonte times new roman 12 com espaço 1 1/2. Deve conter ainda o nome e minicurrículo do autor e bibliografia consultada.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou o conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA ou através do Blog Coleciona-ea (<http://colecciona-ea.blogspot.com>). Se possível nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

Resultado da avaliação do Coleciona: fichário do educador ambiental

Em novembro de 2008, a equipe do Coleciona: fichário do educador ambiental enviou, junto com o terceiro volume do boletim, um questionário de avaliação contendo nove questões, abertas e fechadas, para avaliar quali e quantitativamente, diversos aspectos da publicação.

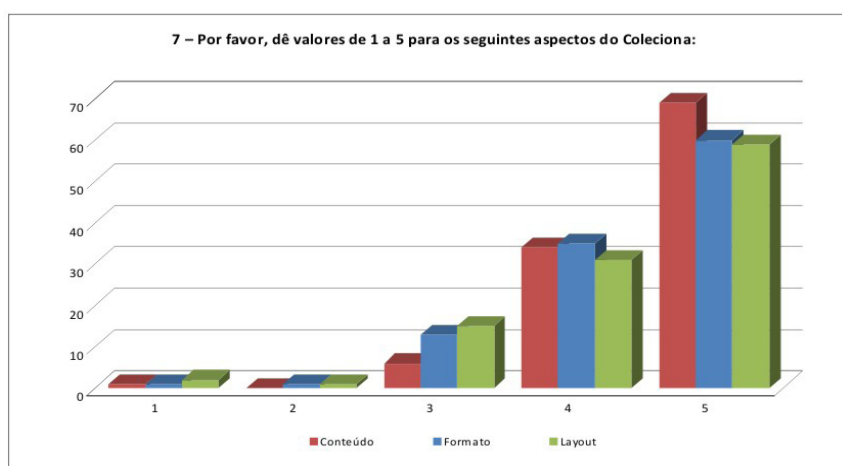
Além de disparado para o banco de e-mails cadastrados para receber o periódico, o questionário foi, também, publicado no sítio do DEA/MMA, junto ao link das publicações periódicas no qual se encontra disponível o Coleciona para *download*, e no blog do Coleciona. O prazo para responder ao questionário foi de um mês.

O questionário avaliou formato, diagramação, conteúdo, perfil do leitor e formas de uso do periódico, além de aspectos que devem ser alterados para melhor atender às necessidades do leitor.

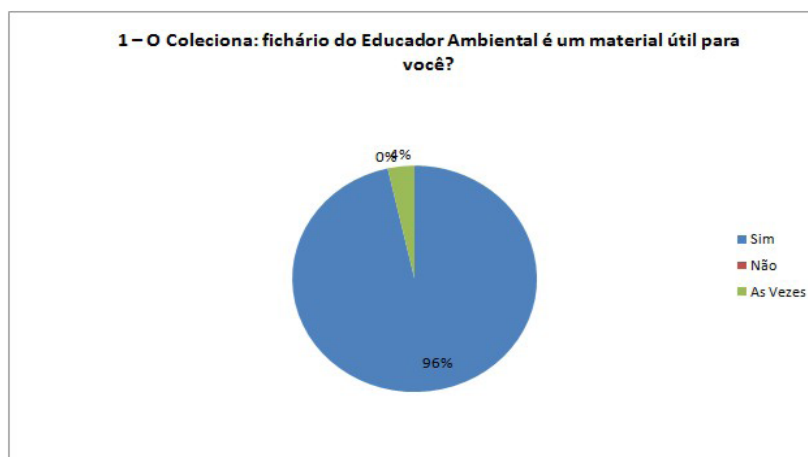
Avaliação

No prazo de um mês de publicação do questionário, foram encaminhadas 138 respostas. Nem todas as nove questões contidas no questionário foram respondidas. Alguns leitores optaram por responder a algumas das perguntas.

O formato, o layout e o conteúdo da publicação foram aprovados pela grande maioria dos leitores, conforme mostra figura abaixo.



Quanto à utilidade, 109 responderam ser uma publicação útil para sua formação ou trabalho e 4 responderam que às vezes fazem uso do material.



Quanto as seções consultadas, a seção “Textos para se pensar a EA” recebeu 106 indicações, a seção “Salas Verdes” recebeu 62 indicações, a seção “Coletivos Jovens e Com-Vidas” - 56, a seção Sisnea - 48, a seção “Indica-se” - 38, a seção “Coletivos Educadores” - 73, a seção “Cooperação Internacional” - 40, a seção “Educomunicação” – 61, e a “Agenda do educador ambiental” - 82. Para essa questão foi aceito mais de uma resposta assinalada, ou seja, o leitor assinalou todas as seções que a ele interessava.



Quanto a nota que daria para cada uma das seções, pode-se afirmar que todas foram valorizadas.

A seção “Textos para se pensar a EA” recebeu as seguintes notas:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	1	1	2	31	74

A seção “Coletivos Educadores” recebeu as seguintes notas:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	1	0	11	33	58

A seção “Salas Verdes”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	2	1	12	25	56

A seção “Cooperação Internacional”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	1	6	19	32	29

A seção “Agenda do educador ambiental”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	1	1	15	30	54

A seção “Indica-se”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	0	3	12	35	35

A seção “Coletivos Jovens e COM-VIDAS”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	2	1	13	35	46

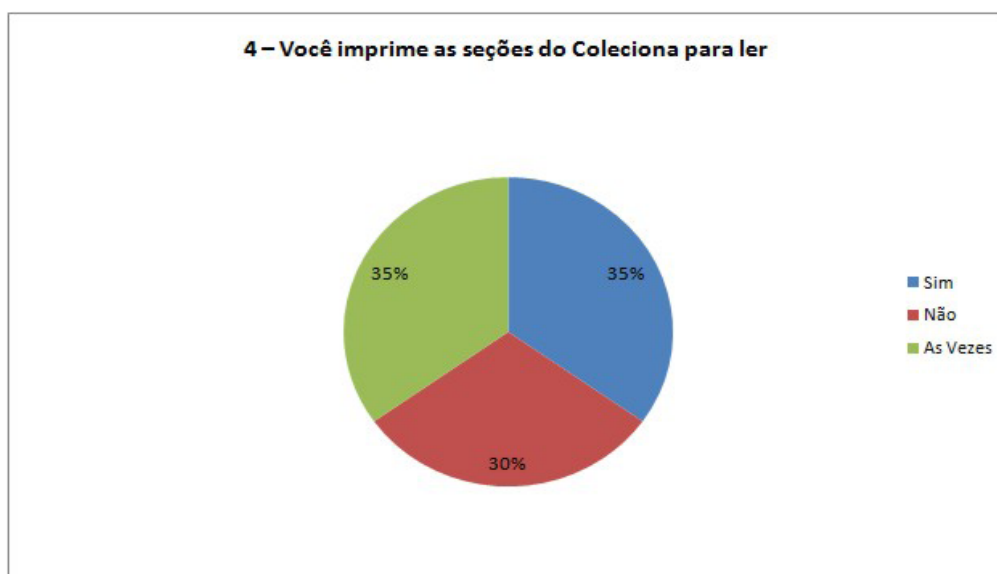
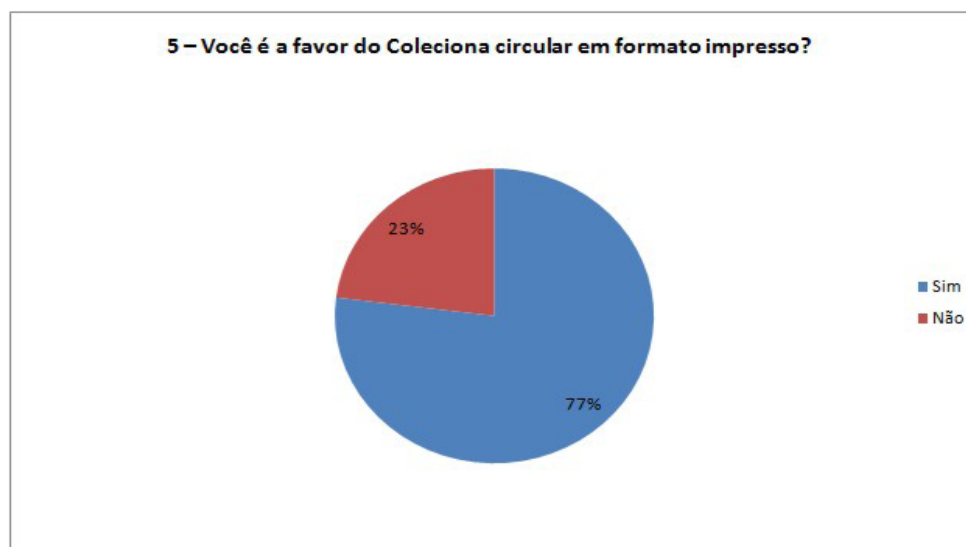
A seção “Educomunicação”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	1	0	7	34	54

A seção “Sisnea”:

Nota	1	2	3	4	5
Votos	2	4	7	34	44

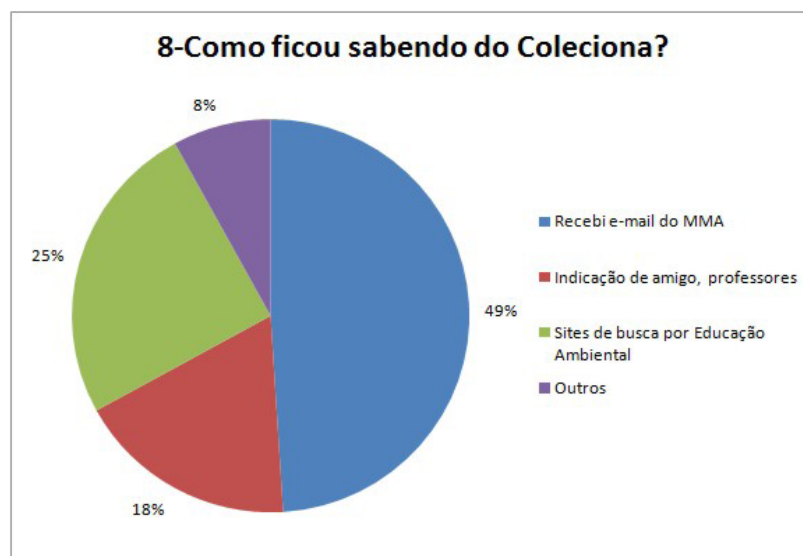
No que diz respeito ao formato, 87 leitores responderam que são a favor do Coleciona circular no formato impresso, além do virtual, e 26 responderam que não são a favor. Mas 39 leitores responderam que imprimem as seções para leitura, 34 não imprimem e 39 imprimem às vezes.



Muitos dos leitores que optaram pelo formato impresso alegaram ter problemas na hora de abrir os arquivos digitais. Alguns por não disporem de boas máquinas (computadores), outros por usarem internet discada e outros simplesmente pela dificuldade de trabalhar com arquivos no formato pdf, uma vez que desconheciam a necessidade de se fazer *download* do programa (Adobe Reader) para possibilitar a leitura de arquivos em tal formato.

Para tanto, a exemplo de sucesso de ferramenta de comunicação com outros dos projetos do Departamento, foi criado o blog colecciona-ea.blogspot.com. Nele, podem ser lidos todos os volumes do Coleciona também no formato jpeg – arquivo de compressão de dados que reduz o tamanho final da imagem -, além de possibilitar maior interação através de espaço de envio de mensagem instantâneo e possibilidade de participação nas avaliações de forma rápida e simples.

Quanto a forma de conhecimento da ação, 58 responderam que ficaram sabendo por meio do e-mail encaminhado pelo DEA/MMA, 22 por indicação de amigo, professor, 30 em sites de busca pelo tema educação ambiental e 10 outros.



Já sobre o perfil do leitor, o apresentado inclui alunos e professores de graduação e pós-graduação na área ambiental, professores e alunos do ensino médio, voluntários em ações de EA, servidores públicos, fiscais do Meio Ambiente, profissionais ligados à temática socioambiental.

Conclusões

A pesquisa mostrou boa aceitação do Coleciona quanto a seu formato, layout e conteúdo, sendo aprovado como um material útil para educadores ambientais e profissionais que trabalham com a temática.

As respostas mostram a existência de um grande número de leitores que gostariam de ter acesso ao material impresso ao mesmo tempo que mostram um número considerado de leitores que realizam a leitura apenas virtualmente, optando pela não impressão das seções como preocupação com o ambiente.

Alterações

Apesar da boa aceitação, o corpo editorial do Coleciona enfrenta dificuldades em reunir conteúdos para todas as seções. Devido a isso, optou-se por criar uma nova seção chamada “Ações e projetos”, na qual serão encontrados textos sobre Salas Verdes, Coletivos Educadores, Coletivo Jovem, Com-Vidas, Cooperação internacional, Educomunicação, bem como outros importantes exemplos de ações de educação ambiental.

O Coleciona: fichário do educador ambiental circulará, a partir deste volume, contendo as seguintes seções: “Textos para se pensar a EA”, “Ações e projetos em EA”, “Cooperação Internacional”, “Agenda da EA” e “Indica-se”.



Educação Ambiental Escolar

Um Processo Contínuo na Formação do Cidadão Consciente

Dayse Cristina Oliveira Cumplido e Nathalia Gomes Prieto*

Os seres humanos interferem periodicamente na natureza causando danos irreparáveis. Isto concorre para o surgimento de sérios problemas ambientais e para reverter tal situação questão, ações devem ser realizadas para mudar o comportamento do homem em relação à natureza com o objetivo de se buscar uma melhor qualidade de vida para todos.

Com essa preocupação inicia-se esse estudo com o objetivo de comprovar a necessidade de uma valorização da Educação Ambiental no contexto escolar e de alertar os educadores sobre seu papel na formação de cidadãos ambientalmente conscientes.

O estudo primeiramente abordou a questão da globalização tanto nas suas primeiras fases como nas mais recentes, a partir de 1989. Há pelo menos cinco séculos iniciou-se um processo de integração política, cultural, social e econômica, conhecido como globalização, que passou por diversas etapas.

Não há uma única definição de globalização que seja aceita por todos, pois globalização é um processo que está em contínuo desenvolvimento.

Para uma melhor compreensão do período que o planeta está enfrentando, mostra-se necessário um estudo a respeito da globalização, de suas causas e de sua maior consequência, a crise ambiental, apontando-se a necessidade de se investir esforços na Educação Ambiental.

Devido ao crescente e desenfreado aumento da população humana, dos avanços tecnológicos e freqüentes agressões ambientais, as sociedades se deparam com inúmeros problemas relacionados à questão ambiental, tornando essa problemática cada vez mais presente em nossas vidas. Pode-se afirmar que estamos em meio a uma crise ambiental, que pode ser definida como um conjunto de ações danosas causadas pelo homem ao longo de sua história.

A crise ambiental está relacionada a dois aspectos, o da utilização ilimitada dos recursos naturais e a do crescente desenvolvimento das Nações, onde ocorrem destruições de florestas, poluições de rios, mares e solos. Porém esta, não surgiu de repente, foi tornando-se mais abrangente durante a Revolução Industrial. Neste período, por meio da tecnologia, inicio-se uma grande exploração dos recursos naturais. Isto trouxe grandes problemas ao meio ambiente.

Essa tecnologia, de um lado, favoreceu novos desenvolvimentos, mas de outro, acarretou consequências prejudiciais, de caráter planetário.

Estas mudanças vêm ocorrendo tão rapidamente que não se tem tempo de avaliar seus efeitos.

Em uma tentativa de solucionar os problemas ocasionados pela crise ambiental, foram organizados diversos encontros preocupados com uma Educação Ambiental transformadora, que pudesse amenizar a degradação da natureza e conscientizar os seres humanos da importância de uma boa relação com o Meio Ambiente.

Para uma melhor compreensão sobre a problemática existente a respeito da Educação Ambiental, se torna necessário um estudo de sua história e dos acontecimentos que ocorreram em seu entorno.

Os mais importantes foram:

- O livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, uma obra narrativa sobre a crise global, ajudando a abrir espaço para seguimento dos movimentos ambientalistas.
- A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em Estocolmo, de 5 a 16 de junho de 1972, onde foi considerada a necessidade de estabelecer uma visão global com relação a preservação e a melhoria do meio ambiente. Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.
- A criação, no seminário de Tammi, na Finlândia dos “Princípios da Educação Ambiental “. Esse seminário considerou a educação ambiental, não como uma matéria do currículo escolar separada e sim como algo integrante e permanente do currículo.
- O Encontro Internacional em Educação Ambiental, que surgiu das recomendações da Conferência de Estocolmo, que a UNESCO promoveu em Belgrado, na Iugoslávia. Neste Encontro foi criado o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA que formulou alguns princípios orientadores, dentre eles: a Educação Ambiental continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Como resultado desse encontro foi redigida a Carta de Belgrado que discute as necessidades e os desejos dos cidadãos de nosso planeta, em busca da harmonia entre a humanidade e o meio ambiente e também a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo e demais problemas enfrentados pela humanidade.
- A realização, dois anos mais tarde em Tbilisi, (ex URSS), da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental organizada pela UNESCO, nessa conferência definiram -se os objetivos, as características da EA, assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.
- A promulgação, no Brasil, da Lei Federal Nº 6938 de 31 de agosto que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Essa lei colaborou com a implantação da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e também com a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- A segunda Conferência Intergovernamental sobre Educação e Formação Ambiental, em Moscou. Foi realizada dez anos após da Conferência de Tbilisi. Nesta analisaram-se as conquistas e dificuldades ocorridas na área de Educação Ambiental, nos últimos dez anos. Foram constituídas novas estratégias para a formação de educadores ambientais implantado o uso de meios de comunicação como ferramenta essencial para a EA, incentivando as pesquisas e metodologias para essa área.
- A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Eco-92, realizada vinte anos após a Conferência de Estocolmo, em 1972. Esta foi a maior conferência realizada pela ONU, onde abordaram-se temas ambientais fundamentais e decisivos para a tomada de consciência ecológica em todo o mundo. Ficou também conhecida com Rio-92, pois foi realizada no Rio de Janeiro nos períodos de 3 a 24 de julho de 1992 e teve um papel decisivo para a EA do mundo e particularmente para o Brasil.
- A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade realizada em dezembro de 1997, promovida pela UNESCO em Thessaloniki, na Grécia, onde foi reconhecido o desenvolvimento insuficiente da EA desde a Conferência Rio-ECO/92. Essa conferência resultou uma declaração que apresenta algumas conclusões muito importantes para a EA como: a reorientação da educação formal para a sustentabilidade; a retomada dos currículos e das modalidades do ensino; o trabalho em conjunto e a integração entre os aspectos sociais e culturas dentro da ética. Permeando a sustentabilidade em sua totalidade.
- A Lei Federal 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, pois o Brasil não possuía uma legislação que atendesse a essa demanda. Foi sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em abril de 1999. Essa lei trás princípios, objetivos e finalidades da Educação Ambiental e destaca a incorporação da especialização de educadores em todos os níveis de ensino e aponta ainda a EA como um componente essencial e permanente da educação nacional. A Lei representa um grande instrumento para que a EA aconteça e seja cumprida em nosso país.

Como resposta a esses acontecimentos, foi estudado como deve ocorrer a Educação Ambiental.

Torna-se necessário relembrar o conceito de Educação Ambiental e, também, como e de que forma esta deve ser inserida no Currículo Escolar e para que essa inserção possa ser realizada deve-se priorizar, também, a formação de Educadores Ambientais.

A Educação Ambiental é, primeiramente, um processo no qual se valoriza o ambiente em que se vive, incorporando as dimensões histórica, política, sócio-econômica e cultural. Nesse processo contínuo, devem-se adquirir habilidades, valores, experiências, conhecimentos e uma consciência ecológica, propiciando ao educando condições para poder agir individual e coletivamente. É também um estudo científico das características da interação entre o homem e a natureza.

Ela deve estar presente no currículo em todas as disciplinas, pois permite investigar temas que focam as relações sociais, a humanidade e o meio natural, sem ignorar suas especificidades. Deve ocorrer desde a Educação Infantil.

A Educação Ambiental deve ser trabalhada como um processo de contínua aprendizagem desde a infância, valorizando as várias formas de conhecimento. Para tal, é preciso conhecer a natureza e suas necessidades, dessa maneira torna-se possível a formação de cidadãos com consciência local e planetária, que atuem no presente e no futuro em busca da conscientização e de soluções para os problemas ambientais.

Para trabalhar Educação Ambiental na escola é necessária a utilização de metodologias participativas, que devem ser abordadas de maneira crítica e emancipatória.

A Educação Ambiental Crítica tem como uma de suas referências fundadoras o pensamento crítico de Paulo Freire, que tem como base a formação de sujeitos sociais emancipados, autores de sua própria história. Sendo assim, ela não busca apenas a transmissão de conhecimentos ecologicamente corretos, mas a sensibilização do educando, ou seja, seu envolvimento afetivo com a causa ambiental.

Para se obter uma educação emancipatória é preciso enxergar a crise ambiental como resultado de um processo de esgotamento, de uma civilização que compreendeu o progresso como um processo de dominação e controle do meio ambiente, como um atalho mais fácil para suas supostas conquistas e principalmente estar consciente que este caminho deve ser revisto e superado.

Os procedimentos metodológicos que permitem trabalhar desse modo são as metodologias participativas, onde há interação entre todos os atores sociais: professores, alunos e comunidade. Isto nada mais é que promover a cidadania, de maneira que todos possam construir seu conhecimento e atuar na sociedade.

É necessário desenvolver uma metodologia onde, tanto professor como aluno, possam construir um conhecimento direcionado a uma Educação Ambiental que transforme a escola em uma ambiente onde se exerça a cidadania.

Ao buscar a abordagem crítica da EA é necessária a implantação de uma alfabetização ecológica. Sendo assim, esta alfabetização deve incluir o estudo da ecologia na Educação Ambiental com uma abordagem biológica do ser humano e do ambiente. Como resultado de uma Educação Ambiental crítica, o educando deve ter claro os conceitos de EA, de natureza e da relação homem-natureza, e também de reconhecer valores diante de sua responsabilidade para que possa elaborar discursos e saberes a partir da realidade conhecida.

Diante do trabalho realizado, pode-se destacar que se deve rever a concepção de ensino de Educação Ambiental nas escolas, da reavaliação dos conceitos pedagógicos e ainda a formação dos professores. Assim será consolidada a formação de cidadãos ambientalmente conscientes.

Referência bibliográfica

A Primavera Silenciosa. Disponível em: <http://www.geocities.com/~esabio/cientistas/primavera_silenciosa.htm>. Acesso em: 30 maio 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues(org). Pesquisa Participante. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. A Implantação da Educação Ambiental no Brasil – Brasília: (MEC/CEA) 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Direção de Educação Ambiental. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: (MMA/DEA) 2005.

_____. Um pouco da História da Educação Ambiental. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2008.

MEC. Carta de Belgrado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/index2.php?option=content&do_pdf=1&id=69&banco=>>. Acesso em: 15 abr 2008.

NUNES, Ellen Regina Mayhé. Alfabetização Ecológica: Um caminho para a sustentabilidade. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

TEIXEIRA, Amandino Junior. O estado ambiental de direito. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/cegraf/pdf>>. Acesso em: 3 set 2008.

TRAVASSOS, Edson Gomes. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre, Mediação, 2006.

UNEP. Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. Disponível em: <http://www.vitaecivilis.org.br/ane-xos/Declaracao_Estocolmo_1972.pdf>. Acesso em: 13 abr 2008.

USP. Conferência Internacional sobre Educação Ambiental em Thessaloniki, Grécia. Disponível em: <www.cidade.usp.br/educar2003/mod6/arquivos/17.doc>. Acesso em: 22 maio 2008.

* CUMPLIDO, Dayse Cristina Oliveira; PRIETO, Nathalia Gomes. Educação Ambiental Escolar: Um Processo Contínuo na Formação do Cidadão Consciente. Santos, 2008.p. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Católica de Santos.

Educação Ambiental

Instrumento de Transformação

Nilton Manoel Lacerda Adão*

A cada instante surgem novas tecnologias, novos materiais são lançados no mercado e novas necessidades são criadas. O tempo e a vida são “maquinizados”, homem e máquinas formam um par perfeito. Toda nova tecnologia torna-se imprescindível e necessária. Há uma constante transformação do meio, conseqüentemente novos territórios existenciais e coletivos surgem. Este perigoso jogo de competitividades e individualidades merece uma reflexão crítica das práticas pedagógicas. Torna-se cada vez mais complexo entender as novas relações que surgem e que influenciam as ações humanas diante dos mundos artificial e natural. Neste contexto, a Educação Ambiental assume papel denunciativo, ao criticar as “falsas necessidades” sugeridas pelo mercado, e, também, transformador ao sugerir uma mudança social ligada à novas definições da realidade. Para que haja esta nova realidade, surgem novas mobilizações sociais orientadas por reivindicações de caráter ecológico e de justiça social. Neste sentido, o presente trabalho procura refletir como a Educação Ambiental pode entender o homem de forma individual e coletiva na construção de uma “identidade ambiental” baseada numa percepção de mundo caracterizada na valorização de toda forma de vida no planeta.

Educação Ambiental e a questão do indivíduo

No filme “Sonhos”, do cineasta japonês Akira Kurosawa, é apresentada a combinação de diferentes formas de expressões artísticas. O autor utiliza dança, pintura, fotografia, música, teatro e o folclore japonês, para demonstrar a beleza da natureza e os problemas que resultam da sua destruição. Neste filme, os capítulos são divididos em “sonhos”, histórias diferentes, mas que se complementam pela proposta de reflexão e discussão. Em um dos capítulos um homem, deformado devido à mutação resultante de uma catástrofe nuclear, em meio ao horror da sua aparência (possuía chifres na cabeça), dor e principalmente fome (todos os alimentos estão contaminados) menciona:

- Eu era fazendeiro quando era homem.
- Joguei galões de leite no rio para manter os preços elevados; enterrei batatas e repolhos com uma escavadeira.
- Quanta estupidez! [neste momento há choro e depois silêncio].
- Já em um outro capítulo, num sistema ecologicamente equilibrado, um ancião centenário em meio a uma bela paisagem argumenta:
 - Hoje em dia as pessoas se esquecem de que elas são só parte da natureza.
 - Destroem a natureza da qual nossa vida depende.
 - Acham que sempre podem criar algo melhor.
 - Sobretudo os estudiosos.
 - Eles podem ser inteligentes... Mas a maioria não entende o coração da natureza.
 - Eles só criam coisas que acabam tornando as pessoas infelizes.
 - Mesmo assim, orgulham-se tanto de suas invenções.

- E, o que é pior, a maioria das pessoas também se orgulha.
- Elas as vêem como milagres.
- Idolatram-nas.
- Elas não sabem, mas estão perdendo a natureza.
- Não percebem que vão morrer.
- As coisas mais importantes para os seres humanos são ar limpo e água limpa e as árvores e as plantas nos dão isso.
- Tudo está sendo sujado... Poluído para sempre.
- Ar sujo, água suja... Sujando o coração dos homens. [nesta seqüência contempla-se as águas límpidas de um córrego com as margens floridas].

As duas cenas acima citadas abordam a necessidade de uma discussão aprofundada sobre as ações humanas na degradação dos sistemas vivos. O imediatismo e individualismo da sociedade atual podem ser vistos na primeira cena, quando um homem deformado depois de um acidente nuclear vê seu planeta destruído e observa que os valores econômicos do seu passado de nada valiam. Num outro momento, o ancião ensina que a degradação da natureza resultará na degradação da espécie humana, fato ocorrido na cena citada anteriormente. Propositamente as cenas de horror antecedem a fala crítica do personagem ancião. Isto ocorre para que o telespectador seja comovido e motivado a mudar suas atuações perante a natureza. As reflexões sugeridas por Akira Kurosawa fomentam a necessidade de se abordar de forma aprofundada, discussões sobre as ações humanas diante dos ecossistemas. As ações individuais devem estar sempre a favor do coletivo. Procurando entender a forma com que os seres humanos se relacionam com o meio ambiente e entre si, este trabalho se prenderá na conceituação de identidade.

Um melhor entendimento e conceituação do que seria identidade, nos permite analisar o homem dentro do contexto social no qual se apresenta como sujeito e objeto ao mesmo tempo. Para Sartre (1973, p. 19) “o homem não é senão o seu projeto, só existe na medida em que se realiza, não é, portanto, nada mais que o conjunto dos seus atos, nada mais que a sua vida”. Os argumentos do pensador enfatizam a possibilidade que o homem possui de não aceitar imposições, ou seja, tem total liberdade para agir no espaço e tempo em que se encontra inserido. No entanto, as vontades almejadas são imposições que determinam a busca de uma posição social. Neste sentido, entender as relações na qual o homem dá sentido à sua existência e é classificado através de uma “identidade” também caracteriza sua interpretação sobre as questões ambientais.

As questões a serem analisadas por uma educação que se intitule “ambiental” devem passar pela forma como os seres humanos objetivamente e subjetivamente interpretam todos os elementos da natureza. Para que a Educação Ambiental referencie o “meio ambiente” como objeto de estudo é viável partir do pressuposto de que ele seja conceituado e reconhecido na sua “representação social”. Segundo Reigota (1997, p.12) “nas representações sociais podemos encontrar os conceitos científicos da forma como foram aprendidos e internalizados pelas pessoas”. Assim, a interpretação do que seria o meio ambiente resulta da maneira como os seres humanos se compreendem e se relacionam dentro de um determinado contexto.

O posicionamento crítico da Educação Ambiental reconhece a apropriação e adaptação das relações sociais no contexto histórico por parte dos meios de produção. Somos visceralmente dependentes das nossas condições materiais. Esta dependência acentua a relação de exploração entre ser humano e natureza. Desta forma, a contextualização socioeconômica faz-se necessária para reformular a forma de se entender e olhar nossa vivência no planeta, desenvolvendo novas ações e aptidões. Ter consciência da necessidade de uma nova ética que receba características ambientais deve ser fruto do reconhecimento do indivíduo, do seu papel e importância no mundo. Para isso, torna-se necessário entender como homem e mulher se identificam e relacionam na sociedade reconstruindo uma nova identidade.

O termo identidade diante da grande carga de informações e possibilidades de interpretações, sem deixar de mencionar a “liberdade” que o homem tem para mudar e se transformar, transmite contornos de entendimento



complexo. No entanto, não com o objetivo de simplificar e sim de favorecer o entendimento das relações existentes, serão apresentadas algumas definições de identidade no campo das ciências sociais.

De acordo com Touraine (1994, p. 21), “a consciência de si não é diferente da consciência das coisas, e o homem é o conjunto de alma e corpo, a experiência de sua identidade.” Nesta definição a união do “ter” (corpo) e do “ser” (alma) definem a identidade do indivíduo. O “ter” classifica e transmite aos seres humanos seus atributos sociais dentro das estruturas socioeconômicas construídas na sociedade que sustentam e garantem a sobrevivência do modo de produção vigente. Já o “ser” deve ser o responsável pela conscientização e proposta de mudança. O papel inovador da construção de uma identidade está de acordo com a definição de Castells (1999, p. 22) que “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (em) sobre outras fontes de significado”. Partindo destes pressupostos, o papel revolucionário da Educação Ambiental está em analisar as relações existentes e propor de forma sistemática uma nova maneira de se relacionar promovendo a transformação do mundo e posteriormente a transformação do “mundo transformado”, sugere-se, de acordo com Arendt (2000, p. 203), que “todo processo é causa de novos processos”. Assim, a identidade faz parte de um processo inacabado e em constante transformação.

No que se refere a uma “identidade ambiental”, alguns argumentos críticos sobre a sociedade atual fundamentam a necessidade de novos posicionamentos. Baseando-se em Castells (2000) pode-se definir que a identidade ambiental tem como objetivo reconstruir a natureza como uma “forma cultural ideal”, valorizando-se o “tempo glacial” e o “holismo” (reconhecendo as comunidades locais), enfatizando a importância do “valor de uso” em substituição ao “valor de troca”. Neste sentido, é possível concluir que uma nova identidade definida como ambiental, fundamenta-se em uma nova relação homem-natureza substituindo o “tempo do relógio”, criação humana que favorece o argumento “tempo é dinheiro” e que valoriza a velocidade das informações, negociações e fluxos de mercadorias, pelo “tempo glacial” respeitando a capacidade de renovação da natureza, propondo um novo ritmo nas relações motivadas pelo respeito a toda forma de vida e garantindo a existência das gerações futuras. Outro ponto apresentado é a busca de uma visão holística de mundo. Entende-se por holismo a inter-relação entre todos os seres não vivos e vivos na formação do “todo”. Este “todo” deve reconhecer as formas como as comunidades locais lidam com a natureza de forma sustentável, respeitando a diversidade cultural. Desta maneira, buscar-se-á um planeta que seja analisado e entendido a partir de um “total harmônico”. Talvez, neste caso, o trocadilho “unidade na diversidade” seja o mais viável para eliminar todo o discurso que analisa a sociedade através das categorias: “detentores de cultura” e “aculturados”. Por fim, Castells sugere que uma identidade ambiental tenha por base o “valor de uso” em substituição ao “valor de troca”; sendo assim, as reais necessidades devem ser consideradas deixando de lado a valorização de “rótulos” e “necessidades” impostas em uma sociedade consumista.

O papel transformador da Educação Ambiental

A Educação Ambiental, como prática educativa, tem o caráter crítico e inovador. Crítico por analisar as relações socioeconômicas atuais como insustentáveis do ponto de vista da exploração dos recursos naturais e do próprio homem. Inovador por sugerir uma nova pedagogia na qual o indivíduo se reconhece como ator social com a responsabilidade primordial de garantir o equilíbrio dos ecossistemas.

A Educação não pode ser vista como instrumento do progresso econômico. Neste sentido, priorizar conscientização da necessidade de novas atitudes e habilidades na busca de um modo de vida em um planeta ecologicamente equilibrado e com equidade social deve ser seu objetivo principal. Tem-se como meta conscientizar o ser humano do seu papel transformador partindo do pressuposto que ele tem liberdade para não aceitar a imposição de “ser objeto”, resultado das estruturas sociais. Neste sentido, a Educação Ambiental é o instrumento de busca de uma nova ética, visando uma mudança radical das estruturas sociais, reconhecendo os seres humanos como seres indissociáveis da natureza, sendo ao mesmo tempo dependentes e responsáveis por toda forma de vida no planeta. Dessa forma, faz-se necessário educar a partir dos contextos sócio-espaciais estabelecendo a relação do conhecimento dito científico com o mundo não acadêmico, promovendo a “descolonização do pensamento” em uma pedagogia democrática em que o indivíduo se reconhece como cidadão, agente transformador e responsável pela manutenção da biodiversidade no planeta. Este processo parte das discussões e ações individuais mais simples às ações coletivas mais complexas que resultam no compartilhamento consciente dos bens materiais, respeitando o equilíbrio ecológico.

Estas ações devem resultar de um diálogo de saberes que promova uma “lei orgânica universal” em substituição a “lei de oferta e procura”, nenhum objeto deve ter maior valor que a vida, neste sentido, todo ser vivo, incluindo o homem, é mais valioso que qualquer objeto. Neste sentido, o homem percebe seu status de sujeito e se reconhece como tal assumindo seu papel de ator responsável pelas ações concretas para transformação e evolução de todo planeta.

Considerações finais

As questões acima citadas têm como intuito constatar a necessidade e possibilidade de uma nova ordem. Acredita-se que a mudança deve ser emergencial e radical. Caso não ocorra, os resultados podem ser catastróficos. Novos valores, atitudes e entendimentos não de ser promovidos para que haja uma sociedade ecologicamente sustentável e com equidade social. O entendimento desta necessidade, parte de um posicionamento crítico diante dos etnocentrismos, antropocentrismos e todos os “fundamentalismos existentes”. Na teia da vida o homem é somente um elemento diante de um ecossistema complexo, e talvez seja o único que não perceba isto instintivamente. Diante do seu orgulho intelectual, o ser humano está perdendo a sua capacidade de se comover, ou seja, em meio às máquinas está sendo “maquinizado”. A criatura domina o criador. No entendimento da Educação Ambiental a “re-humanização” do homem está na desmistificação das necessidades consumistas e no entendimento que pode haver outras lógicas que não sejam a do mercado. Um novo mundo é tão possível quanto o seu fim. Cabe ao homem escolher qual futuro deixará para as próximas gerações.

Referência bibliográfica

- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 3. ed. Paz e Terra. 2000.
- REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e Representação Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Abril S.A. Cultural: São Paulo, 1973.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

* Nilton Manoel Lacerda Adão é mestrando em Agroecossistemas (UFSC); especialista em Sociologia Política e Cultura (PUC-RJ); especialista em História do Brasil (UFF-RJ); especialista em Planejamento e Educação Ambiental (UCAM-RJ); bacharel em Geografia (FURG-RS) com Formação Pedagógica, Habilitação em Geografia (UNISUAM-RJ). Assistente Técnico Pedagógico e Professor nos ensinos Médio e Fundamental. Desenvolve pesquisas sobre Educação Ambiental. Email: niltonadao@hotmail.com

Projeto movimento instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão

Francisca dos Santos Kill*

O projeto *“Movimento Instituinte na reconstrução do espaço vivido como direito cidadão”* foi concebido e aceito segundo as normativas da Chamada Pública 01/2006 do Ministério de Meio Ambiente – MMA, com a proposta de empoderar cerca de 200 conselheiros locais que representam suas comunidades nas escolas municipais, bem como os que atuam nas unidades de saúde no município de Vitória, capital do Espírito Santo. O proponente desse projeto foi o Conselho Popular de Vitória – CPV, em parceria com as secretarias municipais de Educação e de Meio Ambiente. Entre março e dezembro de 2007 aconteceu o processo de Formação, promovido pelo e com Pessoas que Aprendem Participando (PAP2) através de encontros, grupos de estudos, seminários e participação em eventos culturais e científicos, com o objetivo de internalizar a proposta, culminando com a construção coletiva e apresentação do Projeto Político Pedagógico em 20 de fevereiro de 2008, em uma assembléia de aproximadamente 150 pessoas, entre lideranças populares, técnicos e autoridades .

Durante o processo de formação, o PAP2 foi ampliado pelas secretarias de Cidadania, Saúde, Gestão Estratégica, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória e o Núcleo da Associação de Pais do Vitória . A construção do Projeto Político Pedagógico foi realizada por muitas mãos e mentes.

Considerando a diversidade e a complexidade da metodologia participativa do *“fazer com”* e não o *“fazer para”* neste processo, considerando ainda a dificuldade de concepção de ambiente como totalidade - um dos pilares da Educação Ambiental, foi necessário a implementação de um piloto para testar a metodologia. Nesse sentido, tomamos emprestado de Milton Santos (2004) o conceito de ambiente como totalidade, traduzido desta forma: *“(...) organização humana no espaço total”*. Esta organização espacial é compreendida como extensão apropriada e utilizada por grupos sociais, portanto, a partir de uma abordagem histórica. Sob este ponto de vista a definição de qualquer pedaço de território deve considerar a interdependência e inseparabilidade entre materialidade - a natureza - e o seu uso, que inclui ação humana e, portanto, trabalho e política .

O projeto piloto permitiu ao PAP2 e PAP3 (Pessoas que Aprendem Participando) vivenciar coletivamente, em meio às contradições que a realidade impõe, a reconhecer, a identificar e a apropriar-se do território vivido (cidade de Vitória-ES), com o propósito utópico de torná-la uma cidade socioambientalmente sustentável .

Esta experiência ocorreu no 1º semestre de 2008, perfazendo 55 horas de oficinas aos sábados, com o intuito de perceber e identificar o Território Vivido, considerando o potencial dos espaços não- formais que a cidade dispõe, reconhecendo-o como “Potenciais Espaços Educadores”, onde os participantes puderam, individual e coletivamente, ser protagonistas da história.

Abaixo o relato de uma das participantes do PAP 3 que participou desse Projeto Piloto:

No início da caminhada com o ColEduc-ES, fomos convidados a uma viagem que vou chamar de viagem “trans”. Sendo assim, para uma melhor visão da nossa caminhada; vou transcrever o que significa literalmente essa palavra. Assim diz o “Aurélio”- *trans – (do latim trans)* Prefixo = “movimento para além de, através de”. Foi a partir deste ponto de vista que participei das “Oficinas do ColEduc- Vitória - ES.

A primeira delas foi a Oficina “O Sol nosso de cada dia”. Nela descobrimos a energia, a força maior que faz “reverdecer” o Planeta Terra. Descobrimos, também, os novos tons e cores do universo. Universo que se encontra sempre em expansão, e, conseqüentemente, transformação. Percebemo-

nos (como Planeta) pequenos e frágeis perante a imensidão da Galáxia. E mais, diante disso, relembro das palavras do oficineiro: “se sabemos que somos frágeis, teremos que cuidar dessa nossa fragilidade” diante da imensidão do Cosmo/vida/Terra.

Os pontos positivos dessa oficina e que relembrei esta frase dos meus estudos em Educação Ambiental: *“Não existe um ser vivo, animal ou vegetal, que não esteja de algum modo interligado a outros de uma forma equilibrada. Essa é uma das leis mais importantes do cosmo”*.

O próximo passo foi a construção de um Terrário onde pudemos compará-lo a um micro-ecossistema. Lá foram colocados insetos, aranha, minhoca e pequenas plantas. Acompanhando a evolução da vida no Terrário vimos o nascer de uma mosca; o crescimento fora do comum de alguns dos vegetais e sua morte. Enfim, o deixar “redescobrir” em ação. A “curiosidade” presente em todos nós seres humanos.

Os pontos positivos desta oficina é que permite-nos a colocar em prática nosso lado de, digamos, “pesquisador/observador, comparando o terrário com o planeta, e verificando as diversas reações dos organismos vivos neste diminuto ecossistema.

Agora, as demais oficinas foram deveras informativas. Destacarei a Oficina da Apresentação do Vídeo “Espera Maré” e o Passeio de Barca, contornando a Ilha de Vitória, na qual pudemos ver os manguezais da cidade e sua real situação ambiental.

A visita à Escola da Ciência foi excepcional, conhecemos uma parte da História da Cidade que não é contada nos livros de História. Exemplificando, os aterros que ocorreram em quase toda a orla da Ilha. Complementando com o Projeto Visitar que nos apresenta os principais pontos do Centro de Vitória e a História antiga de Vitória. As igrejas; a Catedral; o Palácio Anchieta.

O lado negativo desta oficina foi o tempo de duração das atividades: começando muito cedo: por volta das 08h00min e terminando por volta das 17h00min.

A visita à Praça da Ciência, usando uma linguagem bem jovem direi: é tudo de bom, agradável e informativo, pois nos apresenta o sistema solar de uma maneira inusitada, ou seja, em meio a plantas (dizem representar os asteróides) e os marcos representando O Sol e os demais planetas (nossa Galáxia). Continuamos a oficina no Parque Pedra da Cebola, onde ficamos conhecendo o Programa de Fitoterapia e várias ervas medicinais.

Agora, no encerramento do projeto, fomos levados pelo caminho da Oficina “Veracidade”- onde o nosso desafio era a localização dos vários “LÓCUS” = locais por onde aconteceram as ações práticas educativas do Coletivo – ColEduc-ES, que teve como objetivo testar a metodologia do Projeto Piloto ColEduc-ES- Cidade de Vitória.

Particpei deste Coletivo Educador, principalmente pelo anseio de “buscar” uma qualidade de vida melhor para a cidade onde vivo. E, também, como aprendiz, aprendiz de um saber, de um “olhar trans”. Um olhar através de; para além de. Além da minha rua, além do meu bairro, minha cidade. Fazendo parte de uma *unidade = cidade de Vitória = unidade significando a qualidade daquilo que não pode ser dividido, porque forma um todo completo*.

Portanto, entendo que este projeto pode ser utilizado como ferramenta de abertura de reflexões para pessoas interessadas em ajudar a Cidade de Vitória. Cidade que passa por rápidas transformações socioambientais. Cujos indivíduos precisam viver e conviver e se organizarem para partilhar das resoluções dos problemas sociais e ambientais do cotidiano comunitário.

* Francisca dos Santos Kill é representante da Associação de Moradores da Comunidade Mata da Praia III e do Conselho Popular de Vitória - CPV.

Métodos Participativos e Educação Ambiental

A Experiência da Sala Verde na UFS

Nádia Batista de Jesus*

O presente artigo tem como objetivo apresentar um relato da experiência desenvolvida no Projeto Sala Verde da Pró-Reitoria de Extensão na Universidade Federal de Sergipe – UFS, criado em 2005, referente à utilização de métodos participativos na formação continuada com professores da rede municipal, por meio de convênio entre as secretarias de educação dos municípios e o projeto.

A Sala Verde na UFS ao longo de sua atuação tem buscado auxiliar na formação em Educação Ambiental dos professores para que intervenham de acordo com as exigências da realidade local onde estão inseridos a partir dos seguintes objetivos:

- a) Implementar um projeto coletivo na comunidade que vise a construção da cidadania voltada para a conservação do ambiente socioambiental;
- b) Auxiliar na formação continuada dos professores, orientando-os para a reedição das informações gerais recebidas no curso de formação inicial e aplicá-las de acordo as exigências da realidade na qual estão inseridos;
- c) Implementar ações de preservação ambiental junto à comunidade, desenvolvendo projetos em Educação Ambiental nas escolas na busca de soluções para a questão educacional;
- d) Permitir à UFS realizar pesquisas e atividades de extensão em Educação Ambiental, somando-se ao Estado e à comunidade local na construção de caminhos para a implementação/manutenção da Educação Ambiental em municípios próximos e distantes da capital na busca de um ambiente sadio;
- e) Contribuir para a melhoria do ensino fundamental e médio do Estado de Sergipe.

Para alcançar esses objetivos partimos do entendimento que formação ambiental é a tomada de consciência do cidadão sobre o ambiente como forma de desnaturalizar os agravos à saúde, ao bem-estar, à qualidade de vida, a degradação do ambiente e do ser humano decorrentes do mau uso dos bens naturais e exploração do humano historicamente instituído. Sendo fundamental formar educadores com uma visão reflexiva e crítica das questões ambientais complexas e desenvolver ações de intervenção nesse âmbito (JESUS & OLIVEIRA, 2007).

Assim, o projeto Sala Verde promove o acesso a informações, através de materiais e publicações sobre as questões ambientais e realiza atividades diversas voltadas à Educação Ambiental, como seminários, cursos, palestras e oficinas que são desenvolvidos no Campus da Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos, na UFS, como também são realizados nos municípios que participam do projeto.

Metodologia

A opção metodológica adotada na formação continuada dos professores em Educação Ambiental se baseia em métodos participativos. Por entender que essa opção possibilita o desenvolvimento de atividades que proporcionam a interação dos atores sociais de diversos municípios do Estado de Sergipe conveniados ao Projeto Sala Verde na UFS. Os cursos, seminários e oficinas realizadas visam objetivos práticos, no sentido de fazer a relação teoria-prática dentro da realidade socioambiental de cada um dos envolvidos e proporcionar o

conhecimento e avaliação da realidade de cada ator social. Para que isso aconteça, durante esses momentos presenciais é fundamental a fala dos atores sociais e, nesse sentido trabalhamos na perspectiva do professor, como moderador e facilitador na relação ensino-aprendizagem.

Partimos da concepção que a formação docente é reflexão da prática educativa progressiva em favor da autonomia do ser dos educandos. Essa reflexão é exigência na relação teoria-prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo (FREIRE 1996). Nesse aspecto, os atores em suas ações coletivas incorporam nessas ações um conteúdo significativo, onde outros atores sociais orientam suas ações reciprocamente.

Neste aspecto, as fala e trocas interativas dos atores ocorrem durante todo o processo de realização das oficinas e cursos auxiliado com dinâmicas de grupo, seguido da realização de diagnóstico da situação de cada município através da metodologia do DRP - Diagnóstico Rápido Participativo. O uso dessa metodologia visa que os professores no processo de formação aprendam na prática, vivenciando situações que possam sensibilizá-los a fazer uso da mesma metodologia na realidade na qual estão inseridos no ambiente escolar e que possa transpor as fronteiras da escola.

O DRP como ferramenta metodológica tem como princípio o envolvimento da população local para participar e atuar localmente; aprender a partir da população; limitar a quantidade de informação, o tempo e dinheiro despendido; adotar na própria área (GOMES, 2006).

Com as devidas adequações ao ambiente escolar essa ferramenta pode auxiliar os professores em sua localidade, bem como durante o processo de formação, pois lhes permite acrescentar e descobrir possibilidades. Ao mesmo tempo, é um momento preparatório para a elaboração das etapas do projeto a ser desenvolvido por esses professores em seus municípios.

Assim buscamos construir práticas pedagógicas que visam dar sentido a prática de ensino, como a utilização da metodologia de projetos, partindo das seguintes propostas: “Centros de interesse, temas geradores, projetos de trabalho e resolução de problemas” (FILHO ET AL. S/D APUD JESUS & ARAÚJO, 2007).

Essas propostas abrem possibilidades de análise e reflexão de situações socialmente criadas onde o aluno constrói o conhecimento em conjunto com os professores, colegas e amigos, já que a pesquisa envolve “outros” no processo de construção do objeto, sendo assim uma construção coletiva. Dessa forma, o projeto de ensino não desconsidera o conhecimento do senso comum, porém, parte deste e irá superá-lo através da desnaturalização dos fenômenos, analisando-o com uma postura crítica. A fim de chegar a problematização a partir do estranhamento entre o sujeito e o objeto de estudo. Isso proporciona ao aluno construir uma subjetividade e saberes, bem como desvendar a realidade na qual está inserido.

Considerações

Os métodos participativos, por um lado, contribuem para compreensão dos problemas ambientais como situação socialmente criada e como fenômenos de várias ordens (social, cultural, econômico, político, ambiental). Por outro, destaca a importância da Educação Ambiental para o entendimento dos mesmos e a busca de soluções, bem como o conhecimento deixa de ser transmissão para ser construção em que os conhecimentos prévios dos alunos passam a ser valorizados.

Referência bibliográfica

FILHO et al. ENSINO POR PROJETOS: UMA ALTERNATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ALUNO. In: NUNES & RAMALHO (Orgs) FUNDAMENTOS DO ENSINO APRENDIZAGEM DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DA MATEMÁTICA: O NOVO ENSINO MÉDIO. Programa de Pós-Graduação em Educação. CNPq; PPGED (S/D) In: JESUS, Nádia Batista de & Araújo, Inês Oliveira. 2007. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENSINAR POR PROJETOS UMA PROPOSTA METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL In: Conferência Internacional, Educação, Globalização e Cidadania: Novas Perspectivas da Sociologia da Educação. Universidade Federal da Paraíba/ International Sociological Association. ISBN: 978-85-7745-120.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a educativa/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GOMES, Laura Jane. Diagnóstico Rápido Participativo. Aracaju. 2006

JESUS, Nádía Batista de & Araújo, Inêz Oliveira. 2007. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENSINAR POR PROJETOS UMA PROPOSTA METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL In: Conferência Internacional, Educação, Globalização e Cidadania: Novas Perspectivas da Sociologia da Educação. Universidade Federal da Paraíba/ International Sociological Association. ISBN: 978-85-7745-120.

* Nádía Batista de Jesus - Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais. Professora Substituta de Prática de Ensino em Ciências Sociais I e II- UFS (2006-2008), Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA-UFS (2008-2010), Membro do Projeto de Extensão Sala Verde na/UFS e GEPEASE/CNPq/Universidade Federal de Sergipe - UFS.



Mudanças socioambientais realmente globais

André L. N. Keppe, Cláudia S. G. Martins, Israel L. F. Klug, com contribuições e sugestões do Diretor-geral do Ambiente do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais de São Tomé e Príncipe, dr. Arlindo Carvalho.

É indiscutível que o Brasil assume hoje uma presença única no mundo, pelo seu aprofundamento da democracia, pela sua estabilidade, pelo seu crescimento, mas também pela sua ação diplomática. Ao conduzir uma “política independente, não-confrontacionista” (ALMEIDA et al., 2009, p. 28), o país tornou-se um ponto de convergência diplomática, pela sua possibilidade em dialogar com atores internacionais cuja interlocução diplomática é restrita. Na sua relação com a União Européia, os Estados Unidos, a América do Sul, os países árabes e principalmente com os países africanos, tem-se revelado exemplar no exercício de princípios como solidariedade, não se pautando, porém, por visões ideológicas rígidas, assim justificado pela sua percepção da importância da diversidade e também pela sua natural abertura à mudança. Nestes quesitos, o Brasil valoriza os intercâmbios cultural e científico, interna e externamente. De acordo com o chanceler Celso Amorim, essas atitudes e atuação são “a melhor forma de defender o interesse nacional no longo prazo” (ALMEIDA et al., 2009, p. 31).

Esse protagonismo do Brasil também está previsto na sua política ambiental e conta com diversas ações no âmbito internacional. Baseando-se na plena convicção de que a reversão do processo de alterações climáticas depende de concertação no âmbito nacional e internacional, entre os itens do Plano de Ação do Programa Nacional de Educação Ambiental encontra-se a promoção,

(...) de relações de parceria e cooperação entre as ONGs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO, entre outras), em nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecer em conjunto as prioridades de ação para a educação, meio ambiente e desenvolvimento; [e] a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados) (BRASIL, 2005, p. 62).

Um dos espaços institucionais do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que ampara diferentes ações em cooperação internacional é o Plano Nacional de Mudança Climática (PNMC), entendido como prioritário, engloba três diferentes instrumentos de implementação: econômico, legal e cooperação internacional.

A cooperação é realizada em duas dimensões: 1) como estratégia de fortalecimento de ações nacionais através de Memorandos de Entendimento com vários países para a execução de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), para a redução de emissões do desmatamento e degradação florestal, e para a conservação, manejo e desenvolvimento de áreas florestais, com agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (IITO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); 2) como instrumentos de cooperação prestada, envolvendo implementação de projetos, formação de recursos humanos e transferência de tecnologia, tanto relativa à produção quanto ao uso de biocombustíveis, e desenvolvimento em matéria de MDL (BRASIL, 2008).

Entretanto, o Brasil tem uma série de outros compromissos estabelecidos na Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, entre eles promover cooperação tecnológica, científica e educacional em matéria de mudança do clima.

Apesar destes compromissos assumidos pelo Brasil estarem condicionados ao efetivo financiamento e transferência de tecnologia por parte dos países desenvolvidos, ações presenciais decorrentes da visão ampliada das políticas ambientais incluíram a realização de missões técnicas de formação no Haiti, no Botswana, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, no ano de 2008.

A política de Educação Ambiental, definida como o conjunto de,

(...) processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1),

carrega em si mesma a natural vocação de promover a reflexão conceitual, metodológica e operacional de ações individuais, locais, regionais, nacionais e transnacionais, de atores sociais dos distintos setores governamentais e não governamentais, que têm como denominador comum a contínua busca pela sustentabilidade.

A sustentabilidade tem sido discutida em inúmeros fóruns e ainda não encontrou uma definição aceita por todos os que pensam e trabalham por ela e para ela. Ainda assim, o dinamismo da educação ambiental direcionada pela sustentabilidade global e permeada por estratégias e ações promotoras da participação e controle sociais, é visível e vivenciado pelos educadores e educadoras ambientais do Brasil e dos países parceiros. Também estes entendem que essa é a melhor forma de defender os interesses globais no longo prazo.

O projeto de cooperação internacional em educação ambiental com os países de língua oficial portuguesa ('Projeto de EA na CPLP no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável') foi concebido subordinado à mesma filosofia e, indo além de seu objeto articulador, formativo e educacional, tem dado ampla abertura para o fortalecimento das relações de cooperação no eixo Sul-Sul, pois promove reflexões sobre fragilidades e complementaridades entre as sociedades.

A concretude dessa abertura teve um exemplo recente quando da realização da missão de formação técnica em São Tomé e Príncipe, que sucedeu a participação em um seminário internacional de educação, ambiente, turismo e desenvolvimento comunitário, onde 33 pessoas, majoritariamente são-tomenses, ligadas de forma direta ou indireta à educação, formal ou não formal, puderam trazer suas experiências totalmente enquadradas no território, e suas contribuições para a proposição de demandas por uma cooperação bilateral entre Brasil e São Tomé e Príncipe. A sistematização da oficina dinamizada no âmbito desse seminário apontou várias temáticas emergindo da sociedade civil organizada e de técnicos governamentais que acreditam poder ser atendidas pela parceria entre os países, onde se incluem: (1) conteúdos, métodos e materiais pedagógicos, (2) qualificação dos educadores para educação do campo, (3) profissionalização complementar ao ensino básico, (4) descentralização das escolas e melhorias nas infraestruturas, (5) produção agropecuária com enfoque na segurança alimentar, (6) educação ambiental, e, (7) participação popular e cultura.

Passos complementares foram dados na sequência, com vista a colocar em ação a intenção de facilitar aos dois países a construção de uma plataforma articuladora de programas e projetos pensados a partir da base da sociedade, em diálogo permanente com o governo.

Um desses passos aconteceu no Fórum Social Mundial, em fevereiro do corrente ano, em Belém do Pará, Brasil, quando São Tomé e Príncipe representou o continente africano em uma de suas políticas ambientais de expressão e abrangência relevantes – a Agenda 21.

Essa representação possibilitou ao diretor do ambiente de São Tomé e Príncipe, Arlindo Carvalho, contatar vários responsáveis pela temática ambiental em países africanos para representar os progressos de implementação da referida política pública que fizeram parte do painel "Compromisso pela sustentabilidade no mundo globalizado", do qual também fizeram parte a Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Suzana Kahn, a diretora do Programa Chile Sustentável, Sara Larrain, e o Coordenador do *Vitae Civilis* e membro da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21, Rubens Born.

Ficou claro que a Agenda 21, para os técnicos ambientais em África, espelha um consenso global e um compromisso político ao mais alto nível, em relação à cooperação em termos de desenvolvimento e do meio ambiente. Se o êxito da sua implementação é acima de tudo responsabilidade dos governos, a cooperação internacional tem também a sua parcela de responsabilidade em apoiar os esforços de cada país no seu processo de implementação, inclusive alimentando um fluxo substancial de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, para cobrir os custos incrementais das ações a empreender, para resolver os problemas socioambientais, que são realmente globais.

Neste sentido, esta representação possibilitou a construção de uma análise conjuntural africana que constatou avanços significativos relacionados com a Integração do Ambiente no Plano de Desenvolvimento e no Processo de Tomada de Decisão e com a criação de seus quadros jurídico e regulamentar, conseguidos através de financiamentos internacionais para a elaboração de quadro jurídico nacional na área de meio ambiente e desenvolvimento.

Em relação à área programática Dimensão Social e Econômica, várias reformas socioeconômicas foram promovidas pela maioria dos países africanos, mas assumidamente sem grandes sucessos. Relativamente à área programática de Luta contra a Pobreza, os programas implementados com o apoio financeiro de instituições internacionais não tiveram resultados positivos, conforme sublinhou o diretor-geral do ambiente de São Tomé e Príncipe. Uma justificativa então apresentada se refere à aplicação uniforme de uma mesma solução para todos os países, desconsiderando a realidade específica de cada um.

Desta forma, e porque é comumente aceite a pobreza como problema multidimensional e complexo, cujas origens são tanto de ordem nacional como internacional, urge que se quebrem alguns *modus operandi* na área da cooperação internacional, nomeadamente desenhá-la, geri-la e monitorá-la no sentido contrário ao habitual ('up-to-down'), e acompanhá-la de medidas capazes de garantir sua efetividade (avaliações de impacto / auditorias externas) e transparência em ações e uso dos recursos financeiros que possibilitem o controle por atores sociais que trabalham estrategicamente na base.

No rastro dessa necessidade identificada e expressa por atores sociais são-tomenses, que contemplam o fortalecimento da participação social para conduzir a proposição de projetos, programas e ações, mais ajustados à realidade, articulações estão sendo feitas para estabelecer relações com uma série de instituições brasileiras que possuem êxito em ações de desenvolvimento local, pensadas e realizadas a partir da base da sociedade. É intencionada estreita cooperação com outros Ministérios no Brasil, tendo consciência das atribuições de um estado promotor e articulador de processos sociais virtuosos através de políticas públicas, para que se efetive mais um passo no estreitamento das relações diplomáticas entre o Brasil e São Tomé e Príncipe em áreas que já são pilares da cooperação, pelas relações em si, mas principalmente pela prossecução do bem-estar da humanidade vivendo numa era de limites sem precedentes, em termos socioambientais.

Neste sentido vislumbra-se que a educação ambiental ao estimular a promoção da reflexão conceitual, metodológica e operacional de ações individuais, locais, regionais, nacionais e transnacionais, de atores sociais dos distintos setores governamentais e não governamentais, em busca da sustentabilidade planetária, se alinha e contribui para a intensificação da política brasileira em relações internacionais, na valorização do intercâmbio cultural, científico e da solidariedade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, B.; SETTI, C.; SEVERIANO, M. Solidariedade é a melhor forma de defender o interesse nacional. [Entrevista a Celso Amorim]. Caros Amigos, São Paulo, v. XII, n. 143, p. 28-31, fev. 2009.

BRASIL. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: Governo Federal; Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, 2008. 154 p. Versão para Consulta Pública.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3.ed. Brasília, 2005. 102 p.

BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.



Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

Sancionada pelo presidente Fernando Henrique, em 27 de abril de 1999, a Lei No 9795 “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências.” O Projeto de Lei, proposto pelo deputado federal Fabio Feldmann, reconhece, enfim, a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal.

A **Política Nacional de Educação Ambiental** (PNEA) é uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações.

Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade, a **Política Nacional de Educação Ambiental** institucionaliza a educação ambiental, legaliza seus princípios, a transforma em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da educação ambiental.

O Órgão Gestor possui a responsabilidade de coordenar a **Política Nacional de Educação Ambiental**, que deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, envolvendo entidades não-governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, de acordo com o artigo 1º da Lei Federal.

No próximo 27 de abril, a EA comemora os 10 anos da PNEA. Para tanto, o Coleciona: fichário do educador ambiental decidiu criar uma seção especial, na qual publicará, em 2009, entrevistas com personalidades do mundo da Educação Ambiental. São pessoas entrevistadas pela sua origem (gente de governo, de órgãos da sociedade civil, da universidade, consultoras/es de empresas, de redes de EA), pela “antiguidade” (pessoas “históricas” na área, mas também alguém do movimento jovem), ou por diferentes posições e posturas frente à EA.

A seguir você pode ler duas dessas entrevistas, uma com Fábio Feldmann, deputado federal que propôs o Projeto de Lei da criação da PNEA, e outra com Naná Mininni Medina, professora da Federal de Santa Catarina e consultora de diferentes órgãos de meio ambiente e educação.

A equipe do Coleciona deseja uma ótima leitura.



Entrevista Fabio Feldman

Silvia Czapski

QUEM

Fabio Feldmann é administrador de empresas formado pela Faculdade Getúlio Vargas e advogado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Foi eleito Deputado Federal por três mandatos (1986 – 1998) e, como Deputado Constituinte, foi responsável pela elaboração do capítulo do meio ambiente da Constituição de 1988. Foi proponente de várias leis, entre as quais a da Educação Ambiental e da Mata Atlântica. Também foi Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (1995-1998), membro da delegação brasileira nas Conferências das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (1997-2002), fundador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas com e seu secretário-executivo até 2004. Fundador de ONGs como a Oikos - União dos Defensores da Terra, Fundação SOS Mata Atlântica, entre outros. Também é conselheiro de diversas entidades e atua como consultor em questões ambientais e de sustentabilidade.

QUANDO

Entrevista concedida em 26/03/2007

COMO

Por telefone

O QUE (principais temas)

- Tramitação da Lei que instituiu a PNEA
- Mudanças climáticas

RESUMO DA CONVERSA

REMINISCÊNCIAS

A tramitação de leis no Brasil em geral é demorada, informa Fábio Feldmann, para quem o espaço de seis anos, entre a apresentação do projeto de lei para estabelecer a Política Nacional de EA, em 1993, e sua aprovação em 1999, foi o tempo necessário para a maturação do texto.

Tudo depende da linha de base, diz ele. A Lei da Mata Atlântica (Lei 11428/06), por exemplo, foi apresentada antes, em outubro de 1992. Levou 14 anos até ser aprovada, apenas em dezembro de 2006, com dezenas de emendas. Um ponto que amplia a demora, diz ele, é a resistência de setores contra determinados preceitos e exigências inseridos no projeto de lei. No caso da Lei da Mata Atlântica, um dos setores que fez forte oposição foi o dos ruralistas.

Quanto à EA, Fabio opina que o poder público brasileiro mostrou-se atrasado em relação à sociedade. Pois, segundo ele, 100% dos brasileiros acham educação e a EA fundamentais. Se a lei demorou seis anos no Congresso Nacional, interpreta, foi porque houve alguma resistência em relação a quem pertence a EA. A matéria não estava na agenda dos tomadores de decisão.. Ele afirma que um foco de relutância estava em setores do próprio MEC.

VIRTUDES E PROBLEMAS

“A grande virtude da Lei que estabeleceu a Política Nacional de EA, de certa maneira, foi ter resolvido dilemas do que deveria ser o conteúdo da EA no Brasil. Se seria uma matéria única, isolada, ou não. A lei também definiu os princípios para a EA. Mas hoje [março/2007], ainda considero que deveria existir um esforço maior de introduzir a EA no ensino formal.

O ambientalismo sempre esteve ligado na contracultura, mas isso não vale nos momentos atuais. Fui num debate em que se comentou que, nos concursos escolares, o principal tema é meio ambiente. É paradoxal, como tudo envolve o meio ambiente. Aumentou-se a consciência, mas isso é evidente em algumas áreas, em outras, não.

Quando fui secretário [na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo], fiz esforços de trazer o pessoal de educação para trabalhar junto. Notei que isso depende mais de iniciativas de caráter pessoal, de que institucional.”

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

“A questão das mudanças climáticas é importante, como tema de dimensão planetária. Não tem outro de abrangência tão grande. Estamos no sinal amarelo e a fase da sociedade, com relação ao aquecimento global, é de adaptação.

Mas parece que o poder público brasileiro está distante da agenda do século. No Brasil, a principal fonte [de emissão de gases-estufa, como o CO₂] continua sendo o desmatamento, sobretudo na Amazônia. Parece que [o poder público] não compreendeu a importância estratégica de reduzir esse desmatamento. Que pode, com isso, ganhar a liderança diante da comunidade internacional na área ambiental.

É necessário englobar o tema [mudanças climáticas] na educação. É o grande desafio. Pois uma parte da solução em relação ao aquecimento global é mudar mais o ‘software’ [atitudes, valores] que o ‘hardware’. A Educação Ambiental, nesse sentido, é indispensável.”

“NÓS” QUE DIFICULTAM OS AVANÇOS DA EA

- Federação e seus entes. “Acho que uma dificuldade em EA é do regime federativo. A lei [que estabeleceu a Política Nacional de EA] é federal, e trata de definir alguns conceitos. A dificuldade é como fazer isso se transformar em ações governamentais nos entes da federação. Ela é importante para dar inserção ao pensar globalmente e pensar localmente.”

- Internalização necessária. “A constituição brasileira [que traz um capítulo para o meio ambiente, com um artigo prevendo a EA em todos os níveis de ensino] fará 20 anos em 2008. Se tivéssemos internalizado a EA, teríamos as pessoas com outra atitude. A dificuldade é incorporar a visão holística no corpo docente.”

(Entrevista e edição: Sílvia Czapski
Revisão: Fábio Feldmann)

Entrevista Naná Mininni Medina

Silvia Czapski

QUEM

Formada em Filosofia, com pós-graduação em Educação, Naná Mininni Medina é professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Consultora de diferentes órgãos de meio ambiente e educação, atuou na idealização do método Proposta de Participação-Ação para a Construção do Conhecimento (Propacc), nos anos 1990. Acompanha o movimento latino-americano de EA desde os anos 1970.

QUANDO

Entrevista concedida em 16/11/2006

COMO

Por telefone

O QUE (principais temas)

- Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)
- Tratado de EA para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global
- EA nas empresas
- Desenvolvimento sustentável
- Globalização e EA
- Congresso Ibero-Americano de EA
- História da EA na América Latina

RESUMO DA CONVERSA

REMINISCÊNCIAS

“Desde 1976 eu trabalho com EA, portanto conheço o processo histórico. Tenho alunos em todos os países, e com isso acompanho a evolução em seus países.

Os primeiros trabalhos de EA na América Latina foram na Venezuela, nos anos 1970 - talvez por eles estarem vivendo uma democracia, enquanto os outros países conviviam com ditaduras. Depois, a EA começou a crescer no Brasil, em seguida no México e bem mais tarde na Argentina e Chile. O México se destaca pela base conceitual. Dois pensadores teóricos importantes – Enrique Leff e Edgar Gaudiano – são de lá.

No Brasil, a EA avançou mais na prática de que na teoria. Há pessoas que escrevem bem, mas o trabalho teórico continua marginal, fora da universidade. (...) É terrível pensar que, por exemplo, engenheiros e arquitetos formam-se sem idéia da questão ambiental, pois são eles que planejam a ocupação do território.

No Brasil a EA se disseminou de tal forma que, em geral, quando falamos EA, as pessoas mais ou menos sabem do que se está falando. Isso é importante. Um avanço institucional importante foi a criação do Órgão Gestor de EA. Conseguiu-se com isso o que ninguém conseguira: unir os ministérios [de Educação e Meio Ambiente].

Mas é preciso avançar a partir disso. A EA precisa penetrar mais na sociedade.”

DISSEMINAÇÃO DA EA NO BRASIL

Segundo Naná Mininni, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, lançados em 1997 e 1998 pelo MEC) introduziram pela primeira vez de forma concreta o tema transversal meio ambiente no país: o tema passou a constar nas diretrizes nacionais de educação. Não se pode dizer que o efeito foi uma eclosão imediata da EA dentro da escola, interpreta. Mas o MEC fez uma proposta de formação e acompanhamento. “Não se fala muito deles, mas acredito que vários programas de jovens, estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação, consolidaram elementos dos PCNs”, diz. “Tblisi [Conferência promovida pela Unesco em 1976] coloca que não deve existir uma disciplina de EA no primeiro e segundo grau. Mas no 3.º grau ela deveria ser oferecida, como disciplina optativa. O México segue esta fórmula, e foi positivo.”

No campo da EA não formal, Naná destaca a atualização do Tratado de EA para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. “Houve um processo de discussão, para disseminação da EA nas sociedades.”

Naná observa também um giro ocorrido nos anos 90. “Havia um direcionamento da EA como uma modalidade de integração da comunidade, de participação da comunidade. Agora, a educação popular é o que aparece como eixo. Não é que se esqueceu o ambiental. Antes, o sócio-ambiental era a porta de entrada. Hoje, o sócio ficou na frente, e o sócio-ambiental ficou como porta de saída. Não sei se isso é bom, se é ruim. É uma coisa que só se vai avaliar historicamente.”

EA NAS EMPRESAS

“O primeiro trabalho de EA empresarial que eu vi era horroroso, absolutamente terrível”, lembra Naná, ao opinar que, mesmo no fim dos anos 1990, a EA nas empresas era inicial. “Mas hoje, você encontra excelentes trabalhos nas empresas. É um fato novo, dos últimos anos.”

Ela também aponta, como novidade, o fato de que a norma ISO 14.001, uma certificação ambiental internacional voluntária acompanhada pela International Standard Organization, ter estimulado, por meio de suas recomendações a introdução de projetos ou programas de EA. “Grande parte das empresas tem hoje departamentos de EA. Há seminários, congressos, sobre o tema, nos quais organizações empresariais apresentam experiências na área. Hoje, na empresa, EA se relaciona com responsabilidade social”, diz ela.

EA E SUSTENTABILIDADE

O conceito da educação para o desenvolvimento sustentável não é novo. Naná rememora que, a primeira vez que o Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma) reivindicou esse conceito foi na Rio-92, quando a proposta não foi aprovada. Agora, nesta década, volta a discussão. Mas houve rejeição ao termo por parte dos educadores ambientais latino-americanos.

A Unesco propôs a década da ‘Educação para o Desenvolvimento Sustentável’ (EDS), mas não penetrou, diz ela. O pretexto é diferenciar do que se faz, que seria uma EA ecologista ou biologista. Mas isso não ocorre no mundo todo. Na América Latina e na Índia, por exemplo, o que se chama de EA talvez seja excessivamente social. Tanto é que, em 2005, foi lançado o “Manifesto pela Educação Ambiental”, que se posiciona contra a EDS.

“Um problema, quando se troca o nome de algo, é que se esquece daquele algo, de todo o contexto histórico. Outro problema é a própria definição do que seja desenvolvimento sustentável. Será igual, terá os mesmos objetivos e razões, para uma pessoa no campo, na cidade, no norte, no sul?”

GLOBALIZAÇÃO E EA

Naná comenta as rápidas mudanças que atravessaram o mundo desde os anos 1990:

“Lembro das palavras de Cristovam Buarque, de que o século 20 foi um século que terminou antes. (...) Se EA é intenção de uma leitura crítica do mundo, de alguma maneira, quanto mais globalizado, mais possível se torna esta leitura. Mas vivemos o perigo de ver os fatos através de uma lente escurecida. Convivemos com o acesso à informação muito maior de que no passado. Mas o excesso pode anular a informação, pois não há como analisar tanta informação.

Com a globalização, sofremos o fenômeno da uniformização. Hotéis, vestimentas, comportamentos, parecem iguais no mundo todo. Mas, por mais que isto aconteça, a natureza ainda é diferente. Trabalhar esta diferenciação é um dos papéis importantes, que a EA não vem cumprindo muito bem. Não dá para ignorar a globalização. Mas temos de trabalhar as duas pontas, o local e o global.”

O CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EA

O movimento inicial em direção a um Congresso Ibero-Americano de EA, recorda Naná, ocorreu no México, como evento bienal. Os primeiros aconteceram em Guadalajara, região central daquele país. Em 2000, foi na Venezuela, onde, além da reunião de educadores ambientais, promoveu-se uma governamental, na qual se traçou um perfil da situação da EA nas nações participantes, do ponto de vista dos governos.

Para Nana, foi a primeira leitura do que acontecia nos países, em relação à EA. No Brasil, na época, houve uma reunião prévia dos ministérios. Na visão dela, o congresso ibero-americano consolidou-se como um grande encontro dos educadores ambientais. O número de participantes é cada vez maior, diz ela, referindo-se à presença de milhares de pessoas no evento realizado no Brasil, em 2006.

EA NA AMÉRICA LATINA

Com base em sua experiência, Naná esboça um panorama da EA nas Américas. Na América Latina, depois da primeira adesão, da Venezuela, países como Brasil e México se envolvem com o tema. Na Colômbia, a adoção da EA foi mais formal, na universidade. Já na Argentina, nasceu mais tardiamente, salvo iniciativas isoladas. “É muito interessante, pois o processo surgiu, não dentro da universidade, mas do sindicato de professores. Quem se encarrega da formação em EA naquele país é o sindicato nacional de professores.”

No Chile, os avanços são pequenos, principalmente com ongs. “No Uruguai, vemos avanços e retrocessos. Recentemente, houve uma conferência nacional interessante, aparentemente com a proposta de uma reforma educativa. Mas a EA ocorre principalmente no âmbito das ongs.” O Paraguai é a única nação que propõe uma EA ecologista, preservacionista, interpreta Naná. No Peru, segundo ela, há um processo incipiente, que não envolve ongs e fica mais circunscrito ao Ministério. Costa Rica é avançada.

(entrevista a Silvia Czapski;
transcrição e edição: Daniela Alarcon
Revisão: Naná Mininni)



Eventos

Abertura do Circuito Tela Verde e Lançamento do Edital de Curtas de Animação

Local: Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Data: às 10 horas do dia 17 de abril de 2009.

Realização: Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Educação Ambiental – (DEA/SAIC/MMA) e Ministério da Cultura, por meio da Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC).

Maiores informações: <http://circuitotelaverde.blogspot.com>

O **Circuito Tela Verde** é uma Mostra Nacional de Produções Audiovisuais, com temática socioambiental e produzida com o olhar da Educomunicação, para exibição em estruturas educadoras como Salas Verdes, Pontos de Cultura, Coletivos Educadores, cineclubes etc. O objetivo da mostra é trabalhar a educação ambiental por meio da linguagem audiovisual, contribuindo com o processo de construção de valores culturais comprometidos com a cidadania ambiental. **O CIRCUITO ACONTECERÁ DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A JUNHO DE 2009.**

O **Edital de Curtas de Animação** trata de um concurso nacional de estímulo à produção de curtas de animação, em uma parceria entre os ministérios do Meio Ambiente e Cultura. O Edital ficará aberto por **1 ano**, quando serão selecionados **10** propostas de criações de **1 minuto** sobre o tema **Mudanças Climáticas**. O objetivo dessa iniciativa é despertar na sociedade um olhar crítico para o seu meio, bem como estimular a produção de campanhas para televisão, sobre a temática socioambiental, fomentando processos educativos/participativos.

Seminário “10 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental”

Local: Brasília

Data: 27 a 29 de abril de 2009

Realização: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Congresso Nacional / Frente Parlamentar Ambientalista – Grupo de Trabalho de Educação Ambiental.

Em comemoração aos 10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (LEI 9.795/99), o seminário deverá contribuir para reflexão sobre os avanços e as necessidades da PNEA, bem como estimular a aproximação de distintos atores que possam propiciar o aprimoramento legal da educação ambiental.

O seminário acontecerá em duas etapas, uma nacional, em Brasília, e outra em unidades federativas.

O evento será transmitido ao vivo pelo Sistema Interlegis.

VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECOECO

Local: Cuiabá, Mato Grosso

Data: 5, 6 e 7 de agosto de 2009.

Realização: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO).

Apoio: International Society for Ecological Economics (ISEE) e Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB).

Maiores informações: <http://helioaraujosilva.spaces.live.com>

O tema do VIII Encontro Nacional da ECOECO-2009 trata da aplicação dos princípios da economia ecológica para o desenvolvimento sustentável, com enfoque na Amazônia, mas, ao mesmo tempo, contempla um debate mais amplo, tanto do ponto de vista nacional quanto internacional, visando contribuir criticamente nas discussões sobre a conservação do capital natural no contexto das políticas públicas. Discutir tal problemática no estado do Mato Grosso é importante porque esta região está indissolivelmente ligada à expansão da fronteira agrícola e pecuária na Amazônia, o que pode significar uma porta de entrada ao processo de degradação do ecossistema natural e da integridade socioambiental da região. Aliado às necessidades de implantação de obras de infra-estrutura na região, isto pode representar uma real ameaça às alternativas sustentáveis de utilização da floresta, a exemplo do que ocorreu em outros estados do país. Desta forma, torna-se crucial que o VIII Encontro da ECOECO chame a atenção da comunidade científica e política brasileira para a necessidade de se inserir, efetivamente, os princípios, métodos, instrumentos, concepções e propostas da economia ecológica como modelo alternativo para a viabilização do processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Seções de Apresentação de Trabalhos:

- A. Políticas Públicas de Desenvolvimento para a Amazônia
- B. Instrumentos Econômicos para a Conservação da Biodiversidade
- C. Agricultura e Meio Ambiente (biocombustíveis, expansão das commodities e alternativas agro-ecológicas)
- D. Valoração Ambiental
- E. Teoria Econômica e Meio Ambiente
- F. Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável
- G. Instrumentos para a Gestão Ambiental e Políticas de Desenvolvimento Sustentável
- H. Mudanças Climáticas, Relações Internacionais e Meio Ambiente
- I. Produção Sustentável

Prazos atividade: Envio de artigos completos - 18 de maio de 2009 / Aviso de aceite de artigos - 15 de junho de 2009 / Aviso de aceite de pôster - 15 de junho de 2009.

Prêmio Jovem Cientista já recebe inscrição

O 24º Prêmio Jovem Cientista, considerado pela comunidade científica uma das mais importantes premiações do gênero na América Latina, está com inscrição aberta até o dia 31 de julho. O tema este ano é Energia e Meio Ambiente - Soluções para o Futuro - prêmio, que tem como objetivos estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas nacionais, é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), a empresa siderúrgica Gerdau e a Fundação Roberto Marinho. A premiação será atribuída nas categorias: Graduado, Estudante do Ensino Médio, Estudante do Ensino Superior, Orientador e Mérito Institucional. Os prêmios, que serão entregues pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelas autoridades governamentais da área de ciência e tecnologia, vão de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil.

A inscrição pode ser feita pelo site: <http://www.jovemcientista.cnpq.br>

III Seminário Brasileiro sobre Sequestro de Carbono e Mudanças Climáticas

LOCAL: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar , São Carlos - SP

DATA: 14, 15, 16 e 17 de abril de 2009.

REALIZAÇÃO: Instituto Ecoclima - Mudando hábitos, conservando o clima.

INSCRIÇÕES: Abertas, vagas limitadas.

INFORMAÇÕES: www.ecoclima.org.br

O III Seminário Brasileiro sobre Seqüestro de Carbono e Mudanças Climáticas contará com a participação de especialistas no assunto, abordando o cenário das mudanças climáticas no Brasil, a matriz energética brasileira e sua vulnerabilidade frente às mudanças do clima, além dos desafios e oportunidades do sequestro e mercado de carbono no Brasil.

Especialistas renomados na área trarão as informações sobre as atualidades e perspectivas para geração de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento.

O evento é destinado a professores, estudantes universitários, ONGs, empresários, consultores e representantes governamentais, assim como a todos os interessados nos assuntos relacionados as mudanças climáticas.

V Encontro Pesquisa em Educação Ambiental

LOCAL: Universidade Federal de São Carlos – UFSCar , São Carlos - SP

DATA: 30 de outubro a 2 de novembro de 2009.

REALIZAÇÃO: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental (GEPEA) - Programas de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais e em Educação da UFSCar; Grupo de Pesquisa A Temática Ambiental e o Processo Educativo - Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da UNESP / Rio Claro; Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador (LAIFE) – Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.

PERÍODO PARA ENVIO DOS TRABALHOS: 30 de março a 19 de maio de 2009.

PÚBLICO: estudantes, técnicos e profissionais da área de saneamento e meio ambiente.

INFORMAÇÕES: 5epea@epea.tmp.br

OBJETIVOS:

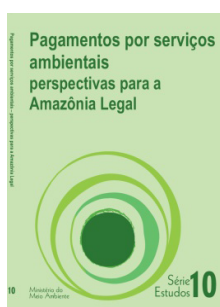
- Discutir, analisar e divulgar trabalhos de pesquisa em Educação Ambiental.
- Aprofundar as discussões sobre a configuração do campo da pesquisa em Educação Ambiental.
- Identificar e analisar tendências de pesquisa em Educação Ambiental que vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação e em outros espaços institucionais e não-institucionais, em especial os aspectos relacionados à configuração do campo em questão.

ATIVIDADES: apresentação de trabalhos de pesquisa em educação ambiental, conferências, mesas-redondas e grupos de discussão de pesquisa (GDP).



Publicações

Livro Pagamentos por Serviços Ambientais - Perspectivas para a Amazônia Legal



Autor: Departamento de Articulação de Ações da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente – DAAM/SECEX/MMA

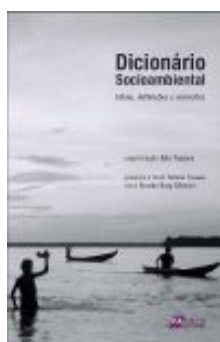
Apoio: Agência de Cooperação Técnica Alemã - GTZ

O livro chega em um momento especial, no qual a discussão a respeito do tema e pagamentos por serviços ambientais alcança proeminência dentro do governo e da sociedade. Hoje, no Congresso Nacional tramitam seis Projetos de Lei - nº 792, 1.190, 1.667, 1.920, 1.999 e 2.364, todos de 2007 - a respeito de matérias correlatas ao tema. A publicação fornece conceitos, estratégias e subsídios para entendimento, discussão, criação e financiamento de mecanismos e políticas públicas de pagamentos por ser-

viços ambientais, como uma das alternativas possíveis para a aceleração do atendimento dos objetivos de recuperação e de conservação de áreas públicas e privadas.

Informações: (61) 3105-2080

Livro Dicionário Socioambiental: idéias, definições e conceitos



Organização: Eda Tassara

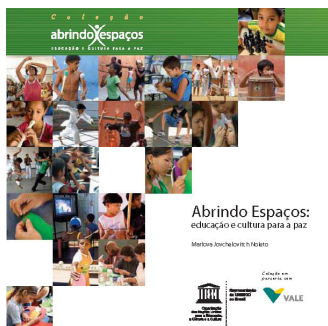
Pesquisa e texto: Helena Tassara

Fotos: Ricardo Burg Mlynarz

Ed. FAARTE, 2008, 207páginas

O Dicionário Socioambiental traz conceitos que estão emergindo quando o assunto são as questões relativas ao aquecimento global e às mudanças climáticas e socioambientais planetárias. O objetivo da publicação é propiciar referências para os debates e para o aprofundamento de cada educador ambiental.

Coleção Abrindo Espaços: Educação e cultura para a paz



O Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz lança a Coleção Abrindo Espaços, com o apoio financeiro da Fundação Vale, visando compartilhar o conhecimento e a experiência acumulados pela UNESCO na gestão do Programa no Brasil, que tem como uma de suas missões agregar valor a iniciativas focadas na construção e na multiplicação da cultura de paz.

O objetivo da coleção é o de relatar e disseminar as experiências de oito anos de implementação do programa Abrindo Espaços, lançado pela UNESCO em 2001 e adotado pelo MEC em 2004 como política pública, como o nome de Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude.

A Coleção Abrindo Espaços compreende as seguintes publicações sobre e para o Programa:

1. Abrindo espaços: educação e cultura para a paz. 4.ed. (pdf - 109 p.)
2. Abrindo espaços: múltiplos olhares (pdf - 244 p.)
3. Dias de paz: a abertura das escolas paulistas para a comunidade. 2.ed. (pdf - 137 p.)
4. Mais educação, menos violência: caminhos inovadores do programa de abertura das escolas públicas nos fins de semana (pdf - 101 p.)
5. Paz, como se faz? Semeando cultura de paz nas escolas. 3. ed. (pdf - 108 p.)
6. Série saber e fazer - 3 volumes: Construindo saberes: referências conceituais e metodologia do Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz (volume 1 - pdf - 77 p.); Fortalecendo competências: formação continuada para o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz (volume 2 - pdf - 87 p.); Abrindo espaços: guia passo a passo para a implantação do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz (volume 2 - pdf - 93 p.)
7. Vamos Ubuntar? Um convite para cultura a paz (pdf - 97 p.)

A Coleção está disponível em pdf, na página www.brasilia.unesco.org/publicacoes/livros/

Livro Paz, como se faz? Semeando Cultura de Paz nas Escolas



Autor(es): Diskin, Lia; Roizman, Laura Gorresio

Editor(es): UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Palas Athena
Ano: 2002 95 p.

Somente disponível on-line:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001467/146767POR.pdf>

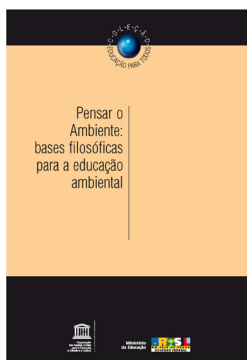
Resumo: Trata-se de um manual preparado com base nas aprendizagens fundamentais do século XXI propostas pelo Relatório Delors, que objetiva o desenvolvimento da expressão, da criatividade, do diálogo e da aceitação do outro com estratégia educativa para a construção de uma cultura de paz. Além

disso, o manual tem o propósito de incentivar processos de autocriação e autogestão nos participantes do Programa Abrindo Espaços.

Área de Atuação: Desenvolvimento Social

Palavras-chave: cultura de paz; violência; jovens; atividades extracurriculares; jovens desfavorecidos; Brasil

Livro Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental



Organização: Isabel Cristina Moura de Carvalho, Mauro Grün e Rachel Trajber.

Editor(es): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO. 2006 Brasília, 242 p.

A edição eletrônica do livro “Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental”, que é o 26º volume da Coleção Educação para Todos, pode ser acessada em “Publicações da Secad” no sítio www.mec.gov.br/secad, ou pelo endereço: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154579POR.pdf>

A publicação é um excelente subsídio destinado a educadores e professores.

Internet

Brasil Ponto a Ponto



O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou um site chamado www.brasilpontoaponto.org.br. Nele, você pode responder a seguinte pergunta: 'O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?' Ao responder a essa pergunta você estará contribuindo com a escolha do tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro a ser publicado durante 2009 e início de 2010. É a primeira vez que se faz um relatório desses assim no Brasil, escutando as pessoas, estimulando o debate público sobre as questões que realmente afetam a nossa vida no cotidiano.

O objetivo da pergunta não é saber o que é importante para melhorar o Brasil, mas o que

é importante para melhorar a vida das pessoas no Brasil. Para o Desenvolvimento Humano a grande riqueza de um país é a sua gente.

Participe! É fácil, rápido. Veja o que as outras pessoas escreveram por estado da federação. Registre o seu ponto!!

Acesse: www.brasilpontoaponto.org.br

PORTAL Eco 1- Natureza em Vídeo



Lançado em agosto de 2007, o objetivo do ECO1 é servir de apoio didático/cultural para professores e alunos, bem como ajudar na conscientização da importância de se preservar os recursos naturais do planeta para as futuras gerações. O conteúdo do ECO1 está sob a supervisão e responsabilidade do biólogo Fernando Periotto, doutor em ecologia pela Universidade Federal de São Carlos. Uma equipe de produtores, desenvolvedores e designers mantém o ECO1 no ar. O ECO1 é um projeto sem fins lucrativos.

Acesse: www.eco1.com.br

Portal sobre Mudanças Climáticas



O portal reúne e organiza informação sobre o tema e facilita o trabalho de jornalistas e pesquisadores em geral. Está no ar o portal www.mudancasclimaticas.andi.org.br, enciclopédia destinada exclusivamente ao tema mudanças climáticas. A iniciativa é da Embaixada do Reino Unido no Brasil, do Conselho Britânico e da Agência de Notícia dos Direitos da Infância - ANDI.

Sempre atualizado e com material em português, o portal vem enriquecer e facilitar a cobertura do tema, assim como a realização de pesquisas e trabalhos tanto acadêmicos quanto de outros níveis de ensino. O portal conta com recursos como vídeos, gravações de depoimentos, fotografias, entrevistas e artigos livres de copyright, desde que citadas as fontes, além do glossário de termos da área e banco de pautas.

Revista eletrônica Ciência em Tela



Ciência em Tela é uma revista eletrônica semestral vinculada à Rede de Investigação Divulgação e Educação em Ciências (RIDEDEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja proposta vai ao encontro da reconhecida necessidade de estreitar relações e de divulgar ações desenvolvidas em espaços educativos formais e não-formais, tais como universidade, escola, museus, centros de ciência, mídia, ONGs etc.

A revista recebe submissões na forma de artigos de pesquisa, ensaios, relatos de experiência e de produção de material didático, valorizando a participação de professores da escola

básica e do ensino superior, educadores que atuam em espaços não formais, cientistas, pesquisadores em ensino e divulgadores de ciência, tanto como autores quanto como pareceristas.

A revista pode ser acessada no endereço: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br>

